

II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais discute alternativas de resistência, autonomia e Bem Viver

Páginas 4 e 5

Kum'tum Gamela: "A retirada do arame tem sido compreendida como um ato de libertação da terra"

Páginas 6 e 7

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVIII • Nº 395 • Brasília-DF • Maio 2017

Massacre indígena no Maranhão

Brutal ataque que deixou 22 indígenas Gamela feridos, cinco dos quais baleados, foi incitado durante ato político com participação de deputado federal

Páginas 8 a 11

Foto: Ana Mendes



Sem direito à terra em vida, massacre e morte indigna

Articulação das Pastorais Sociais do Campo
(Cimi, CPT, CPP, SPM, Caritas Brasileira)

As Pastorais Sociais do Campo subscritas vimos mais uma vez a público denunciar e clamar por justiça diante da trágica e assustadora escalada da violência no campo. Em 35 dias, foram três massacres concretizados e uma tentativa, quase um por semana, com 22 trabalhadores em luta pela terra mortos.

O primeiro foi em Colniza – MT, em 20 de abril, com 09 torturados e mortos por jagunços encapuzados, sendo o líder dos posseiros degolado. Em Vilhena – RO, no dia 29 de abril, foram encontrados 03 corpos carbonizados dentro de um carro, na mesma fazenda em que 05 trabalhadores foram mortos e três dos quais queimados ainda vivos em 2015, um crime impune. O ataque aos índios Gamela aconteceu no dia 30 de abril, em Viana – MA, com 22 feridos, 02 com mãos decepadas, por populares insuflados por ruralistas e políticos, com envolvimento da Polícia Militar, conforme registro de uma viatura na ação.

O mais recente foi o que aconteceu em Pau d'Arco, no sul do Pará, no dia 24 de maio, quando foram mortos 09 homens e 01 mulher, esta liderança de um movimento, pelas Polícias Civil e Militar.

A versão oficial dos órgãos públicos do Estado foi a de que as mortes ocorreram em confronto armado, pois os policiais teriam sido recebidos à bala. Esta versão pretende fazer crer que o povo brasileiro é imbecil e que não tem capacidade de discernimento. Como num confronto armado, nenhum dos 29 policiais envolvidos na ação, sequer foi ferido? Por que a cena do crime foi desmontada, com os próprios policiais transportando os corpos para a cidade?

Estas circunstâncias, bem como o depoimento de alguns sobreviventes do massacre, feita a integrantes do Ministério Público e a outras entidades que inves-

tigam o ocorrido, indicam que houve uma execução fria e planejada.

Não há outro modo de interpretar a fragilidade na tentativa de revestir a chacina de Pau d'Arco de alguma legalidade de “cumprimento de mandados de prisão” e de “prestação de socorro” à retirada dos corpos das vítimas. Na verdade, o que se fez foi apagar vestígios e encobrir um massacre premeditado e cruelmente realizado, às gargalhadas, conforme testemunhas. A barbárie se consumou com o tratamento dispensado aos corpos das vítimas jogados como animais em carrocerias de camionetes, levados a distâncias de até 350 km para perícias e devolvidos do mesmo modo aos familiares, largados ao chão de uma funerária, já putrefatos, para serem enterrados às pressas e à custa deles, sem chance nem de um mínimo velório.

A diversidade dos autores revela a barbárie generalizada provocada pela irresolução da questão da terra, com agravamento brutal de suas consequências, sobretudo nos últimos três anos. O ano de 2017 promete superar 2016, que foi recordista em ocorrências de conflitos por terra no Brasil nos últimos 32 anos. Foram 1.079 ocorrências desse tipo de conflito, quase três por dia, o maior número desde 1985, quando a CPT começou a publicar sistematicamente este registro. Camponeses assassinados já são 37 nestes cinco meses de 2017, 08 a mais que em igual período no ano passado, quando houve o registro de 29 assassinatos. Qual será o próximo caso? Outro massacre?

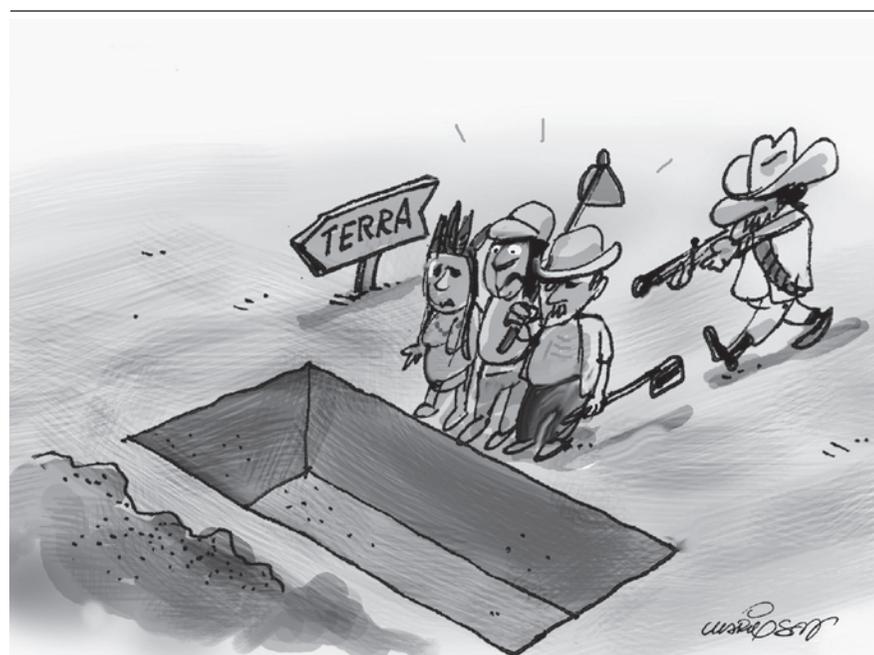
É evidente que esta exacerbação dos conflitos agrários em número e violência, tem ligação com a crise política e com o avanço das forças do agronegócio sobre os Poderes do Estado brasileiro. Os desmandos autoritários da cúpula da República, com seu jogo de poder servil aos interesses da minoria do Capital, vilipendiam os direitos sociais e relativizam os direitos humanos. O Estado brasileiro tem conseguido ultrapassar os limites

do desrespeito à cidadania e aos interesses do povo, numa democracia de fachada, cinismo e desfaçatez, que se alimenta de desmandos criminosos impunes. A desobediência ou manipulação da legalidade é senha para os excessos, para o descaramento na repressão aos pobres, é licença para matar e tripudiar sobre eles. Uma violência extrema que, neste clima reinante, torna-se funcional, pedagógica. Nega-se aos camponeses, sem-terra, pescadores, quilombolas, indígenas, o mínimo de dignidade e qualquer traço de igualdade, de pertença à humanidade. Para o lavrador, como canta Chico Buarque, “é a terra que querias ver dividida”.

O fascismo, que fermentava nos subterrâneos das relações públicas no Brasil, veio à tona. Felizmente a maioria das pessoas em nosso país está se dando conta de que o Agro é homicídio, como o comprovam os crescentes números de assassinatos registrados. É massacre, é suicídio, provocado, sobretudo, pelo uso irracional de agrotóxicos. É ecocídio, pois é responsável pela crescente e veloz destruição do meio ambiente. É hidrocídio, pois é responsável pelo secamento de milhares de fontes de água.

Diante das evidências do massacre perpetrado, reconhecido pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, pela investigação do Ministério Público, e por órgãos da imprensa que se deslocaram ao local do conflito, o Estado decidiu afastar de suas funções os policiais envolvidos. Mas o que a sociedade espera é que sejam presos e processados por crime contra a humanidade, tanto pela morte das pessoas quanto pelo tratamento dispensado aos corpos das vítimas.

Contamos com todos que se compadecem com os que, na cidade e no campo, são os que mais sofrem com o descalabro desta situação. Juntos exijamos e cobremos que aconteçam o direito, a justiça e a dignidade em defesa da Vida e do Bem Viver de todos. Deus nos proteja e ajude!



Porantimadas

“Supostos indígenas”

Não bastasse a violência brutal que acometeu os indígenas Gamela, no Maranhão, com o ataque que deixou um saldo de 22 feridos, ainda tiveram que aturar a violência simbólica do ministro ruralista da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB-PR). Em nota, o ministério da Justiça referiu-se aos Gamela como “supostos indígenas”.

Suposto ministro

Num primeiro retoque, feito depois da repercussão negativa do posicionamento oficial, a palavra “supostos” foi retirada da nota; depois, até os indígenas sumiram, substituídos por “conflito agrário”. O que não pôde ser omitido foi a absoluta parcialidade do ruralista

paranaense, que mostrou mais uma vez quais interesses realmente representa: os do agronegócio.

Quantos anos?

No final de 2015, ao reivindicar à Funai a demarcação de sua terra tradicional, uma liderança Gamela relatou: “Nos disseram que tem 400 processos na nossa frente, e cada processo leva em torno de dez anos pra ser concluído. Mas nós não temos tempo de esperar 4 mil anos”. Mais de um ano e um massacre depois, com corte de recursos, falta de estrutura e de pessoal, a resposta da Funai foi atualizada: há outros 442 processos à frente do Gamela, aguardando providência, sem contar os mais de 170 já em andamento. Quantos anos isso dá?

“A Funai vive uma ditadura”, afirma presidente exonerado

Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação

Em entrevista coletiva concedida logo após sua exoneração, no dia 5 de maio, o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio Fernandes Toninho Costa, criticou a atuação parcial do ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR) à frente do Ministério da Justiça (MJ) e afirmou que as políticas indígenas, no governo Temer, estão sob controle da bancada ruralista.

A um grupo de jornalistas reunidos do lado de fora da Funai, Costa afirmou que o órgão indigenista vive uma ditadura e que a atuação de Serraglio, contrária aos direitos indígenas, vem inviabilizando o cumprimento das atribuições do órgão. Ele também ressaltou que o fato de não ter aceitado nomear indicados políticos do PSC foi determinante para sua exoneração.

“Ele [Serraglio] não está sendo ministro da Justiça, porque ele está sendo ministro de uma causa que ele defende no parlamento. Isso é muito ruim para as políticas brasileiras, principalmente para as minorias. Os povos indígenas precisam de um ministro que faça Justiça”, disse Costa.

Serraglio foi autor do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 aprovado em comissão especial na Câmara dos Deputados, em 2015. A proposta, considerada inconstitucional, prevê a transferência das demarcações do Executivo para o Legislativo e insere uma série de dispositivos que dilapidam os direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, como o marco temporal. Na prática, a PEC 215 pretende inviabilizar demarcação de terras, abrir a possibilidade de revisão de terras já demarcadas e legalizar a exploração das terras demarcadas por não índios.

Questionado sobre o ataque contra os Gamela no Maranhão, o ex-presidente da Funai também disse que a situação pode se agravar em função da perspectiva do ministro. “A partir de agora, com essa posição do atual ministro, esses conflitos poderão ser acirrados, porque há uma proteção por parte de alguns segmentos políticos que estão dando cobertura a isso”.

Costa também se manifestou sobre a paralisação das demarcações de terras, apontando que os técnicos da Funai nunca deixaram de trabalhar, “mas todo o processo está enterrado em decisões do MJ. Eu não creio que daqui para a frente haverá evolução nesse sentido”.

De forma contundente, o ex-presidente criticou as amarras impostas pelos representantes do agronegócio às atribuições da Funai e falou que o órgão vive uma ditadura. “Nós estamos prestes a instalar nesse país uma ditadura que a Funai já está vivendo. Uma ditadura que não permite o presidente da Funai executar as políticas constitucionais. Isso é muito grave, o povo brasileiro precisa acordar”, criticou.

Pela manhã, ele havia afirmado à imprensa que foi demitido por não se submeter ao ministro ruralista e não aceitar as indicações do Partido Social Cristão



O ex-presidente da Funai, Antônio Fernandes Toninho Costa, afirma ter sido exonerado por não compactuar com ingerências

“Nós estamos prestes a instalar nesse país uma ditadura que a Funai já está vivendo. Uma ditadura que não permite o presidente da Funai executar as políticas constitucionais. Isso é muito grave, o povo brasileiro precisa acordar”

honesto e não compactuar com o malfeito e por ser defensor da causa indígena diante de um ministro ruralista”, declarou Costa.

“A Funai é composta de cargos técnicos, de servidores concursados. Jamais eu poderia deixar entrar nessa instituição pessoas que não tem nenhum compromisso com as causas indígenas”, comentou na entrevista coletiva. “Essa ingerência partiu inicialmente do líder do governo, o qual eu não atendi e jamais atenderia porque os meus compromissos são com as políticas indígenas e com os servidores da casa”.

O próprio Antônio Costa chegou à Funai por indicação do PSC, em janeiro, e antes disso trabalhava como assessor técnico do partido em comissões do Congresso. Questionado na coletiva sobre a diferença entre a sua nomeação e a dos demais indicados pelo PSC, ele respondeu: “eu não sou filiado a esse partido, e esperava que ele pudesse honrar o seu slogan, ‘o ser humano em primeiro lugar’. Eu vim muito mais para defender as populações indígenas do que um partido político. Talvez isso tenha contrariado o modelo que estamos vivendo hoje”, afirmou.

Uma CPI ruralista

Durante a coletiva, Costa também criticou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incri, instituída e dominada por parlamentares ruralistas e integrada também por Serraglio, antes dele assumir o MJ. “Esse relatório, quem fez não tem conhecimento das políticas indígenas”, afirmou o ex-presidente da Funai, em referência ao relatório de mais de 3 mil páginas apresentado pelo ruralista Nilson Leitão (PSDB-MT).

“Querem não só acabar com a Funai, mas também com as políticas públicas. As políticas de demarcação de terras, as políticas de segmentos, os cortes, isso tudo é muito grave. O governo, o Estado brasileiro, precisa compreender o que é a Funai”, analisou.

MJ defende violações

Em nota publicada pelo Ministério da Justiça, Serraglio acabou por reforçar as denúncias apresentadas pelo presidente exonerado. A nota critica o ex-presidente por não haver implementado um linhão de energia em terras

indígenas no estado de Roraima – o que seria uma grave violação dos direitos constitucionais dos indígenas e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito dos indígenas à Consulta Livre, Prévia e Informada sobre qualquer projeto que afete suas vidas e territórios.

“O que se viu foi, não só a ausência de qualquer ação, como evidente ofensa ao princípio hierárquico, uma vez que o ex-presidente da Funai publicamente reclamou da incumbência”, afirma a nota do MJ, que caracteriza a gestão de Costa como pouco “ágil e eficiente”.

Na coletiva de imprensa, Costa questionou as declarações do ministro sobre sua demissão, que teria se dado por “falta de competência”.

“Incompetência é desse governo que quebrou o país, que faz cortes de 44% no orçamento [da Funai] porque não teve competência de arrecadar recursos. Incompetência é desse governo que é incapaz de convocar os 220 concursados, incompetência é desse governo que faz cortes de funcionários e servidores na instituição”, criticou, fazendo referência ao concurso para a Funai realizado em 2016.

Com a exoneração de Costa, passa a responder interinamente pelo órgão o general do Exército Franklimberg Rodrigues de Freitas, ligado ao PSC. Ano passado, o movimento indígena levantou-se contra a possibilidade de nomeação do militar para a presidência da Funai. Ainda assim, em janeiro deste ano, o militar foi nomeado para o cargo de Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da instituição, responsável, entre outras coisas, pela atuação em processos de licenciamento ambiental em projetos que afetem povos indígenas. ♦

“Querem não só acabar com a Funai, mas também com as políticas públicas. As políticas de demarcação de terras, as políticas de segmentos, os cortes, isso tudo é muito grave. O governo, o Estado brasileiro, precisa compreender o que é a Funai”

Resistência, autonomia e Bem Viver

Em contexto de ataques e retrocessos, o II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais reuniu cerca de 100 lideranças em Luziânia

Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais

Em maio, representantes de diversos povos e comunidades tradicionais do país reuniram-se para participar do II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais. Durante quatro dias, indígenas, quilombolas, faxinais, pescadores, seringueiros, geraizeiros, retireiros, entre outros, estiveram juntos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), para discutir a conjuntura política e compartilhar, com muita mística, suas experiências de luta e de resistência em busca do Bem Viver.

“Precisamos fazer uma reflexão da nossa organização, nos juntar para enfrentar essa conjuntura que estamos vivendo”, afirmou o cacique Nailton Pataxó, representante do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, do sul da Bahia, destacando a importância da união entre luta e espiritualidade.

Ana Rita Picanço, quilombola do Amapá, aponta como maior desafio atualmente a regularização dos territórios. Para ela, ao mesmo tempo em que estão na mira da violência do capital no campo, os povos se fortalecem com a sua união. “Temos que ser unidos na luta e no tambor. Eu me sinto fortalecida quando estou com todos os povos”.

Já Josemar Durães, do Movimento dos Pescadores Populares (MPP), de Minas Gerais, trouxe a problemática da água. “A questão da água é muito séria. Estamos na nossa região fazendo a revitalização de nossos rios, com o manejo e o saber dos povos. Quando falamos em resistência, temos que falar em ameaças também, e temos que unificar a nossa luta”.

Giselda Pereira, seringueira de Rondônia, também trouxe a realidade dos conflitos e da violência cada vez maior na região, com a constante invasão de madeireiros. “Onde os invasores veem dinheiro, nas nossas florestas, nós vemos vida, e vida que deve ser respeitada”, enfatizou.

Sem espaço para o saber tradicional

Analisando o atual cenário político, Zezé Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), destacou o conceito de civilização que foi construído no Brasil a partir de uma ideia eurocêntrica, a qual se reflete na atual lógica desenvolvimentista que trata povos e comunidades como obstáculos.

“A violência e o castigo exemplar são marcas da nossa construção social, o negro que tentou se insurgir apanhou na frente dos demais para servir de exemplo, para que todos aceitassem a subjugação. Essa lógica é a mesma que vivemos até hoje. Não querem que haja espaço para outros povos e modos de vida diferentes desse modelo social. Querem manter essa ideia do homem cordial, o brasileiro pacato que tudo aceita”, refletiu.

Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), destacou o contexto de ataques sob o governo de Michel Temer. “É importante estarmos aten-



Com seus cantos, místicas e rituais, povos discutiram suas realidades

tos, articulados, mobilizados, não baixarmos a cabeça diante das tentativas de criminalização ou mesmo de cooptação. O processo histórico sempre tentou negar a legitimidade dos povos e comunidades tradicionais, por isso esses espaços de articulação são de extrema importância”, avaliou.

Biomass e a Casa Comum

Representando a Articulação das Comissões Pastorais da Terra (CPTs) do Cerrado, Isolete Wichinieski falou da importância da escolha do tema da Campanha da Fraternidade desse ano sobre os biomas. “No cerrado hoje é permitido desmatar 80%. A Campanha da Fraternidade vem fortalecer esse processo de denúncia, como estamos fazendo na Campanha ‘Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida’. Precisamos visibilizar os problemas e conflitos nos biomas, pois a impressão que é passada é que nos biomas além da Amazônia não existem povos”, analisou Isolete.

E também neste bioma, como destacou José Iborra, da Articulação das CPTs da Amazônia, a situação é preocupante. “Desmatam mesmo dentro das unidades de conservação. Entre os casos de violência (conflitos), os maiores números são na Amazônia. A violência atinge mais os sem-terra na Amazônia. O principal alvo dos conflitos são as comunidades tradicionais, mas o foco da violência são os sem-terras”.

Thiago Valentim, da coordenação nacional da CPT, reforçou a importância de planos de convivência dos povos com as características de cada bioma em que eles vivem, como por exemplo o semiárido e a caatinga. Mesmo com a seca comum nessas regiões, é possível produzir e viver em harmonia com o ambiente.

João Batista dos Santos, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), falou de como a dinâmica dos litorais é importante para o equilíbrio do planeta. Os mangues, frequentemente invisibilizados, também fazem parte desse processo. “O ecossistema do manguezal é de extrema importância para a permanência do nosso povo no território, para a reprodução material e imaterial dessas comunidades, assim como para a reprodução das espécies marinhas, da fauna e da flora. Por isso que há resistência, mesmo com toda a violência”.

Alternativas e Bem Viver

Em diversos momentos, os debates buscaram discutir formas de organização social que se contraponham ao paradigma desenvolvimentista do capitalismo. “Não existe desenvolvimento bom. O capitalismo e sua ideia de desenvolvimento e exploração de recursos ambientais e humanos nunca vai ser bom, nunca vai ser verde, como eles tentam passar”, analisou Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT.

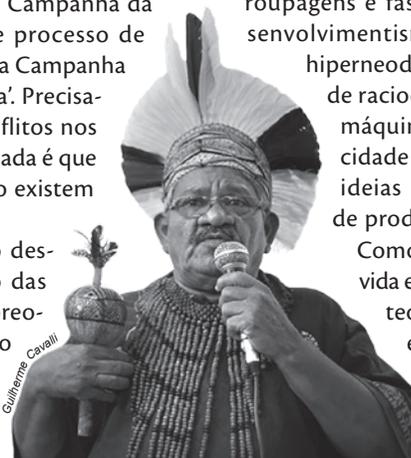
Até hoje este é o modelo que ainda tenta se impor, não só no Brasil, como no mundo, explica. Com novas roupagens e fases, o desenvolvimentismo, o neodesenvolvimentismo ou mesmo, como já dito hoje, o hiperneodesenvolvimentismo, tem a mesma base de raciocínio: o capitalismo precisa manter sua máquina e produzir em detrimento da capacidade do planeta, em detrimento de outras ideias de sociedade, de consumo e mesmo de produção.

Como contraponto ao modo capitalista de vida e de produção, Padre Paulo Suess, assessor teológico do Cimi, apontou o Bem Viver e a valorização dos saberes dos povos originários. “Nós temos uma missão para converter essa sociedade. Temos o argumento de que somos o futuro, pois se a natureza, que nós defendemos, for destruída, isso vai atingir a todos e todas”, analisou.

Para Paulo, dentro da perspectiva do Bem Viver e de uma sociedade mais equilibrada, devemos priorizar a sobriedade feliz ao invés da alegre irresponsabilidade – ideia em consonância com a encíclica Laudato Sí, do Papa Francisco. “A sobriedade é libertadora porque restabelece a nossa relação com o mundo. O desapego é essencial para a construção livre, não sejamos escravos das coisas, precisamos nos desapegar”, enfatizou Suess.

Experiências regionais: desaprender para aprender

Numa das manhãs do encontro, os participantes da atividade dividiram-se em grupo para conhecer as experiências regionais de articulação entre povos e comunidades tradicionais da Teia do Maranhão e da Teia da Bahia. Como resistir com autonomia? Como se livrar das amarras que colonizam nossa forma de



Nailton Pataxó Hã-Hã-Hãe, liderança histórica, defendeu união entre povos e comunidades



Rodas de discussão e apresentações em grupo fizeram parte da dinâmica do encontro

ver e sentir o mundo? As rodas de conversa foram um momento de troca de experiências de luta e de reflexão sobre um horizonte comum.

A Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão tem como símbolo uma mandala de pano, costurada com vários tecidos diferentes. O colorido da mandala representa a diversidade, e a costura remete à união que se tece no dia a dia das lutas e comunidades de indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos, quebraadeiras de coco, gerazeiros e sertanejos.

A organização da Teia já vem de um processo de mais de dez anos, envolvendo representações quilombolas e indígenas de sete estados. “A aranha tece fios. Cada comunidade que está na teia é um fio, e a teia tem um fio que é super resistente. Mesmo o Estado brasileiro dizendo que é para a gente sair, que a gente não existe, continuamos afirmando, lutando por nossos territórios e mostrando que estamos vivos”, explica a quilombola conta a quilombola Emília Leite, do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom).

“A construção do Bem Viver é diária. Para trabalhar com a ideia de descolonização, primeiro temos que aceitar que a gente é colonizado. Nós discutimos que a colonização entra pela nossa cabeça, e a gente tem que descolonizar pelos nossos pés”, conta Carla Pereira, agente voluntária da CPT no Maranhão e integrante do Moquibom. “É o processo de entender que não é normal não ter espaço para plantar. Não é normal uma cerca avançar sobre a tua casa, e não ter nem espaço para enterrar seus mortos”.

“Estamos fazendo esse movimento de desaprender para aprender, de acordo com nossas realidades, territórios e especificidades, até porque não temos a ideia de que somos todos iguais. Somos todos diferentes, mas com o mesmo ideal”, reflete Emília.

“Temos trabalhado muito a questão das nossas raízes, da nossa identidade. Esse trabalho profundo da pessoa se empoderar e de fortalecer a autonomia da comunidade”, relata Cao Gamela.

Na Teia da Bahia, um processo semelhante de busca por união e autonomia despontou nos últimos anos. “Estávamos cansados de pedir ajuda para os que estavam de fora. Precisávamos pensar soluções a partir do nosso povo mesmo, porque temos condições de resolver os nossos problemas”, defendeu o cacique Ramón do Povo Tupinambá da Bahia. Fomentada em 2009 e consolidada em 2012, a Teia dos Povos daquele estado é uma rede que congrega indígenas, quilombolas, pescadores, marisqueiras,

extrativistas, trabalhadores sem-terra, entre outros povos e comunidades tradicionais e universidades.

O debate sobre agroecologia e produção de alimentos saudáveis foram os pontos de partida para iniciar a articulação dos “elos” da teia, maneira como são chamadas as organizações e povos que fazem parte da rede. “Para nós é importante ter autonomia para não dependermos do Estado”, afirma Ramon. Por isso são feitas doações mensais por cada elo da rede, numa conta conjunta, que é usada para financiar a Jornada de Agroecologia e viagens dos membros da Teia quando necessárias.

Outro ponto importante dentro da rede é o fortalecimento do protagonismo feminino. Reuniões, eventos e espaços exclusivos para as mulheres são realizados, como a Farinhada das Mulheres, um espaço para partilha e discussão vivenciado a partir da tradicional experiência de produção de farinha.

Criar um selo que identifique os produtos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais também está entre os objetivos atuais da Teia. “Já existem selos em outros países da América do Sul, que identificam produtos produzidos por indígenas. Visitamos uma experiência dos índios da Bolívia e queremos fazer o mesmo aqui”, ambiciona Ramon, que destaca também a importância das oficinas para jovens na busca por expandir e fortalecer a Teia.



Emília Leite, do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom)

A Articulação e as Pastorais do Campo

A Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais surgiu em 2013, a partir da percepção de que povos indígenas e diversas comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas enfrentavam os mesmos desafios e violações, sofrendo com a pressão direta dos interesses privados sobre seus territórios e modos de vida.

A partir da provocação das Pastorais do Campo – CPT, Cimi, CPP, Cáritas, PJR e SPM – e dos próprios povos, comunidades e suas organizações próprias, começou a organizar-se uma articulação nacional, protagonizada por representantes dos povos e comunidades tradicionais e voltada a unificar as lutas em defesa de seus direitos, seus territórios e projetos de vida e de futuro.

Entre a violência e a busca pelo Bem Viver

No último dia do encontro, os e as participantes foram surpreendidos pela notícia de um novo massacre ocorrido em Pau d’Arco, no Pará, onde dez camponeses foram assassinados por policiais numa chacina. A notícia impactante, tendo como evidência a chocante foto de corpos amontoados numa sala, provocou grande comoção. O encontro ocorria apenas duas semanas depois do ataque aos Gamela, no Maranhão, povo que integra ativamente a Teia daquele estado e que também tinha representantes participantes do encontro.

A violência também havia sido temática do “Ato denúncia por direitos e contra a violência no campo”, realizado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) na sede do Ministério Público Federal, em Brasília. Muitos representantes de povos e comunidades tradicionais deram seus relatos de situações de violência vivenciadas em seus territórios, e o

número de assassinatos registados no campo em 2017 – 26, naquele dia – foi apresentado pela CPT. Seria acrescido de outros dez, apenas um dia depois.

No documento final da atividade, os povos e comunidades tradicionais presentes ao encontro divulgaram uma carta no qual manifestam repúdio à violência de que são vítimas recorrentes.

“A violência contra o nosso povo só tem crescido. Os casos notificados não são capazes de contabilizar nosso sofrimento, as estatísticas não dão conta de expressar as nossas perdas”, afirma o documento. “Convivemos diariamente com ameaças de morte, assassinatos de nossos irmãos e irmãs, atentados

contra a vida, negação e violação dos nossos direitos, desrespeito à nossa cultura e ao nosso modo de viver e todo tipo de agressão, preconceito e discriminação. Temos sido vistos como vilões por lutarmos pelo direito de permanecer na terra, que é nossa, cultivando nosso alimento, fortalecendo e garantindo a manutenção da nossa cultura”.

“Somos contra esse modelo de morte que impera no país, que retira direitos dos menos favorecidos para sustentar a ganância do capital. Que criminaliza aqueles que lutam pela justiça social e ambiental em favor daqueles que destroem a vida”, prossegue o documento, fazendo referência à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra, “proposta, presidida e relatada por latifundiários”.

Frente a tantos ataques e violências, os povos e comunidades tradicionais reforçam sua disposição de luta em busca de autonomia e liberdade – ideias traduzidas no conceito de Bem Viver. “Reforçamos aqui a necessidade de deixar florescer nossa articulação, fortalecer esta luta, pois ela é nosso único caminho. Acreditamos na força da união do nosso povo, que sempre lutou, sempre resistiu e sempre resistirá contra todos os grilhões, toda forma de violência. Queremos viver. Queremos territórios livres pelo Bem Viver dos povos e comunidades tradicionais”. ♦

O Estado brasileiro, aliado aos interesses dos opressores e sendo ele também um opressor, sempre negou nossos direitos, e, por muitas vezes, esteve à frente dos atos de violência contra nós. Queremos viver. Queremos territórios livres pelo bem viver dos povos e comunidades tradicionais.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Bem Viver

Kum'tum Gamela: "A retirada do arame tem sido compreendida como um ato de libertação da terra"

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Kum'tum Gamela, nome indígena de Inaldo Serejo, está com a cabeça a prêmio. Pelas bandas de Viana (MA), não há quem não o conheça. "Aquele padre é o chefe disso tudo", disse um dos funcionários do sítio onde os Gamela foram brutalmente atacados, no final do mês de abril. Kum'tum estudou teologia e filosofia, passou pelo seminário. "Pega o padre! Pega o padre!", gritavam algumas vozes enquanto a turba avançava sobre os indígenas.

Depois deste último episódio de violência, e anos da "retirada do arame" e insurgência territorial Gamela, Kum'tum recebe ameaças de morte e boatos de que um plano para executá-lo, com alguns mil reais envolvidos aos pistoleiros, circulam na região de Viana. "Outras lideranças indígenas do país sofrem com isso. Temos casos de parentes assassinados. Sabíamos disso desde o início", declara Kum'tum.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Rafael Silva, é "extremamente preocupante da situação de Kum'tum". O advogado ressalta que durante o comício motivador do ataque, oito nomes foram lidos por um dos organizadores para a multidão que depois atacou os Gamela. "Todos estes Gamela agora estão sob risco de morte. O Estado precisa assumir sua responsabilidade", defende Silva.

"O que pode garantir nossa segurança é o prosseguimento à demarcação. Há um ano e meio esperamos que a qualificação de demanda garanta a criação do Grupo de Trabalho. Hoje o Estado está completamente ausente: não temos saúde diferenciada, educação diferenciada e a Funai aparece uma vez ou outra porque também não tem recurso, tá sucateada", enfatiza Kum'tum.

Por isso, os Gamela seguem lutando de forma autônoma. "A retirada do arame tem sido compreendida como um ato de libertação da terra", diz Kum'tum Gamela. O indígena atuou junto às pastorais do campo e integrou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) enquanto, ao lado do povo Gamela, passou a assumir a "identidade étnica". Leia os principais trechos da entrevista concedida por Kum'tum e que contou também com a participação do jornalista Ruy Sposati, enviado pela Repórter Brasil ao Maranhão.

Porantim: Como começou o movimento de reorganização dos Gamela?

Inaldo Gamela: O movimento começa numa articulação com comunidades quilombolas que estão fazendo luta pelo território. É uma articulação peculiar, porque não começa numa articulação com outro povo indígena, começa com uma comunidade diferente, mas que tem dois elementos em comum: identidade e território. Isso por volta de 2012. Essa tentativa de garantia do território a partir da identidade étnica vem há muito mais tempo. Só que em 2012 indígenas daqui e quilombolas se encontram, e é lá que começa esse movimento que a gente tá vivendo agora.

Porantim: E as retomadas?

Inaldo: A questão da terra estava fervilhando desde sempre. E a gente foi compreendendo que a identidade que estava emergindo, depois de décadas num *escondimento*, numa negação por parte do Estado, e



Atingido por um tiro de raspão e pauladas, Inaldo ficou sabendo da gravidade dos ferimentos dos outros Gamela no hospital

“Um dos agressores parece ter me reconhecido – o meu nome foi citado durante uma entrevista numa rádio local. Depois, fiquei sabendo que a pessoa que me reconheceu na varanda estava na rádio. Eu lembro que ele disse: ‘é esse aí, vamo pegar, vamo pegar’”

estrategicamente silenciada pelo povo pra garantia da própria vida. A gente foi entendendo que essa identidade que estava emergindo, ela não poderia emergir e se consolidar sem que a luta pelo território viesse junto. Então, parece uma coisa muito nova, né? Mas a gente compreendeu desde o começo que não teria como afirmar uma identidade indígena sem afirmar o direito a um território no qual essa identidade se produz e se reproduz.

Nós fizemos uma assembleia de autodeclaração em 2014, no dia 2 de agosto. E aí começa um processo de assembleia permanente. Em 2015, a gente tomou a decisão, em assembleia, de iniciar um processo de retomada desse território. A decisão foi apressada, no bom sentido, por conta da situação de confinamento que o povo tava vivendo. Número de famílias aumentando, e as áreas de reprodução ficando cada vez menores pra garantia da reprodução física...

Então, depois da assembleia, em 2015, no dia 30 de novembro, fazemos a primeira retomada, à noite. Dia 2 a gente faz a segunda retomada, e dia 3 de dezembro a gente faz a terceira retomada. E nós ficamos então, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho.... Em julho tem uma assembleia, e no mês de agosto a gente faz a quarta retomada.

Aí nós chamamos essas quatro retomadas, que estão ligadas uma a outra – resignificamos esse lugar, colocando o nome dos rios: rio Cajueiro e rio Piraí. Nós transformamos isso aqui na aldeia Cajueiro-Piraí, em referência aos dois rios, muito importantes, lugar de pesca, mas também lugares sagrados para o povo.

E agora, em 2017, no dia 28 de abril, fizemos uma quinta retomada, numa área próxima à retomada Piraí. Dia 30, estávamos iniciando uma nova retomada, que não está consolidada, porque foi onde aconteceu o massacre.

Porantim: Como começou o massacre? Como foi a chegada de vocês na fazenda, e como a multidão se organizou e chegou lá?

Inaldo: Era por volta das duas e meia da tarde quando a gente chegou à casa. Tinha uma senhora na casa, trabalhadora lá da fazenda. Conversamos, explicamos o que tava acontecendo. Ela sabia do processo de retomada das terras. Em seguida, começaram a chegar pessoas da comunidade, curiosos pra ver a ação dos índios. Ocorre que, no mesmo dia à tarde, estava acontecendo uma reunião num povoado próximo, Santeiro. Reunião que foi convocada durante mais de uma semana, por proprietários, fazendeiros, por políticos e, surpreendentemente, tinha o nome de "Manifestação pela paz". Por volta das 5 horas, 4 e meia, começou a chegar pessoas que estavam nessa reunião, lá no Santeiro. Era mais do que era uma reunião: parecia um comício, foi montado palanque, som.... Com a presença de políticos, entre eles o deputado federal Aluisio Mendes, fazendeiros.... Essas pessoas chegaram – talvez tenha demorado algo em torno de quinze minutos, uma conversa tensa.

Quando nós vimos que tava chegando muita gente – inclusive alguns já com arma em punho, nós decidimos recuar. E começamos a fazer o recuo do nosso povo. Mas ficamos um grupo entre 20, 30 pessoas. E aí

“ Tem uma força que move isso. Um ódio racial. Esse ódio faz com que o diferente deles, ao diferente deles reste apenas o lugar da não-existência, que, portanto, deve ser exterminada”

passaram uns 15 minutos, no máximo, e eles invadiram. E quando invadiram, já iniciou a agressão a esse grupo. Ai começaram a agredir com facão, com pau, muitos tiros.

Eles chegaram – um grupo entrou no portão, na porteira da área que dá acesso à casa, e outros chegaram pelo lado, porque a casa tá num quadrado cercado de arame, e eles entraram pelos lados. Numa atitude de impedir a saída desse grupo, né? Ai parte desse grupo conseguiu avançar pra área de mato, e outro grupo menor foi ferido, foi baleado, levou pauladas e cortes de facão. Ao todo, foram cinco pessoas que fomos atingidos por tiros. E uma sexta pessoa, que teve um tiro de raspão. Eu tinha acabado de sair porque, num determinado momento, eu fui chamar um dos nossos que estava sendo agredido na varanda da casa, e era uma multidão que tava entrando na varanda. Eu comecei a chamar “vamo, vamo, sai daí, sai daí”, e aí nessa hora um dos agressores parece ter me reconhecido – o meu nome foi citado durante uma entrevista que foi dada por uma equipe de lideranças do movimento contrário aos indígenas, no dia 29 de abril, numa rádio local. Depois eu fiquei sabendo que a pessoa que me reconheceu na varanda estava na rádio. Eu lembro que ele disse assim: “é esse aí, vamo pegar, vamo pegar”.

Então eu voltei na direção da porteira dos fundos, que dá acesso ao mato. Talvez a uns 10, 20 metros no máximo, eu caí, tentei levantar, não consegui, consegui equilibrar, caí novamente, levantei, caí. Ai eu percebi que eu tava.... Que tinha sangue escorrendo no meu ombro. Primeira impressão, não ouvi tiro na minha direção, que eram tantos tiros que tavam sendo dados.

Aí eu vi que era um dos nossos que tava no chão, sendo brutalmente agredido. Fiz um movimento em direção a ele, só que eu fui encontrado - já não me recordo se era só uma pessoa ou se era mais de uma, porque eu estava muito, quase tonto, totalmente tonto. Eu vi que vinha na minha direção com uma estaca, tentando me acertar, que ia me matar, ia me matar, eu me defendi, me defendi, mas aí um outro viu que não tinha nem condições de defender o nosso que estava no chão, ele me puxou, me segurou, e nós saímos em direção ao mato. Entramos no mato, ficamos duas horas para sair na aldeia Cajueiro-Pirai. E no caminho a gente ficou sabendo que um dos nossos tinha sido morto, né? Mais tarde a gente ficou sabendo que três tinham sido levados para o hospital, gravemente feridos. Mais tarde, eu mesmo fui levado pro hospital, junto com outro, e ficamos sabendo da gravidade dos ferimentos. Cortaram pulso de dois, deceparam, né? Um lado praticamente apartado do outro. O que eu vi de foto depois, eu só via a cabeça do osso. Não sei se tinha uma mão pendurada em alguma parte, com um pedaço de pele. Do outro lado, tem dois cortes profundos, que a mão está completamente dobrada. Depois eu fui ver os cortes na altura do joelho.

Era uma atitude, uma cena de linchamento. Eu fico pensando que tem dois elementos. Um, que é uma ação direcionada a algumas pessoas – os golpes eram direcionados a algumas pessoas que eles queriam pegar, por entenderem que seriam lideranças do movimento. Ao mesmo tempo, fico pensando que o número de feridos foi relativamente pequeno, apesar da gravidade, exatamente em função da maior parte do povo já ter recuado. O que torna o ataque ainda mais covarde, porque

era um número muito pequeno frente a uma multidão completamente enfurecida.

Porantim: Qual é a origem do ataque? Por que essas violências contra vocês acontecem?

Inaldo: Eu acho que tem uma força que move isso. Um ódio racial. Esse ódio faz com que o diferente deles, ao diferente deles reste apenas o lugar da não-existência, que, portanto, deve ser exterminada. Imagina que todas aquelas pessoas que estavam ali, não eram todas proprietárias de áreas de terra da região. A gente sabe que eles estavam convocando gente de todos os municípios daqui da região. Olinda Nova, a 40 km daqui – o que tem a ver com a luta por terra daqui? Mas, o que tava sendo disseminado era: os falsos índios, são ladrões, roubam, agredem, tão matando e roubando animais, então a gente tem que conter, de algum modo, isso. E a gente contém primeiro negando, os “pseudo-índios”, como o deputado se referiu, os arruaceiros, os desordeiros. Começa a negação, e aí abre o caminho pra violência.

Porantim: O que é o corta-arames?

Inaldo: O arame é muito simbólico. Hoje à tarde, eu ouvi de um ancião aqui da comunidade, uma referência a – eu achei uma imagem belíssima – aos marcos dessa terra. Ele citou três ou quatro engenhos, e ao final ele perguntou se a gente conhecia o Engenho São Pedro, São Cristóvão, Roma.... Ai no final ele falou assim: engenho é terra de propriedade. Mas no meio desses engenhos tem o quê? A terra dos índios. Entendi que ele tava dizendo que terra de índio não é terra de propriedade. Então, em terra que não é de propriedade, não cabe arame. O arame aqui sempre foi uma luta grande, porque a relação com a terra não se dá porque se tem um documento, um papel do cartório, mas pelo fato da gente viver aqui, da relação que se constrói com os bichos, com as plantas, com os lugares, com as pessoas que vivem aqui. Nesse contexto, de terra de uso comum, o

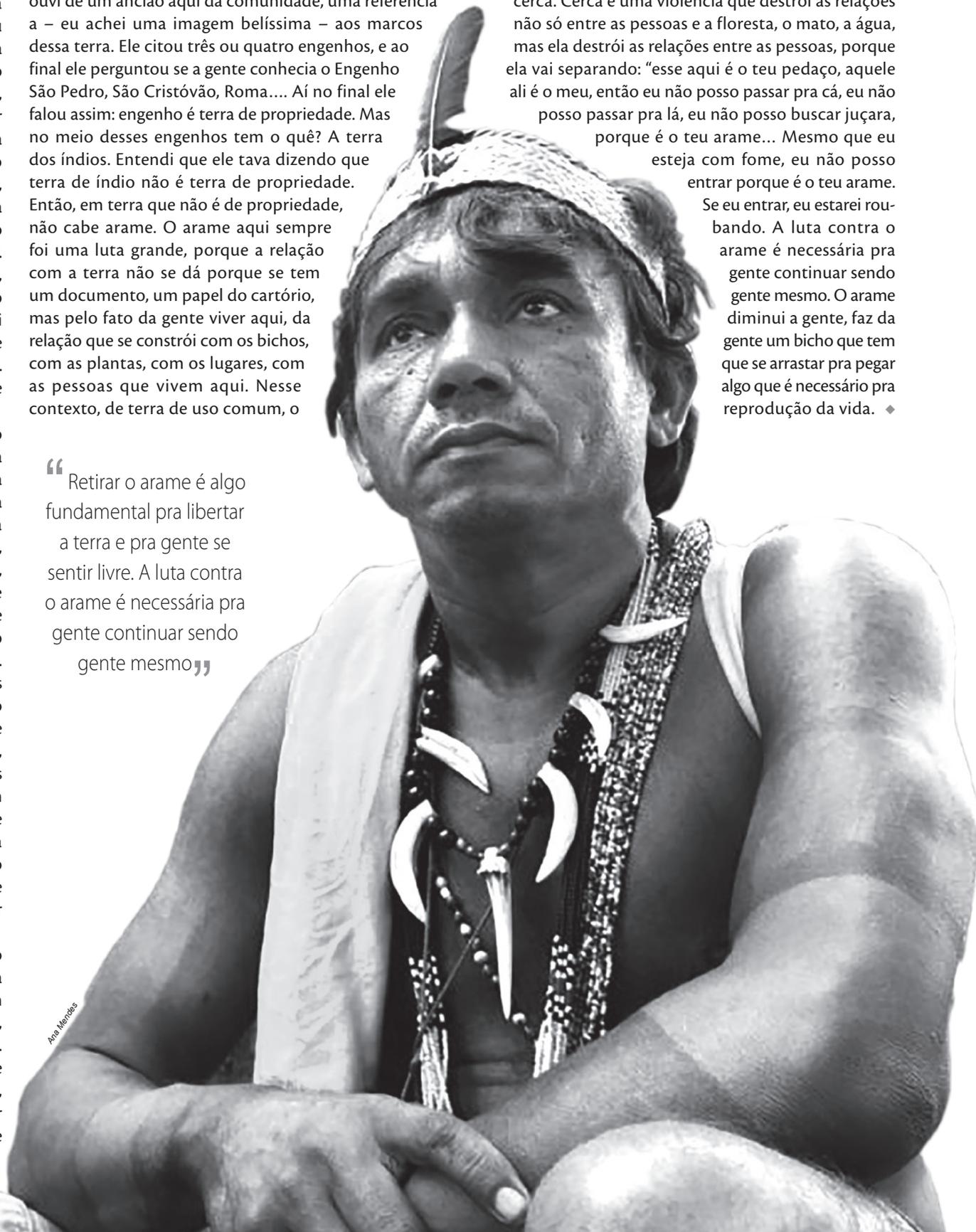
arames é uma violência grave. O arame, por si só, é uma violência. De tal forma que as roças são feitas, são cercadas de madeira. Quando elas são cercadas de madeira, ao final do ano, a madeira da cerca que ainda estiver boa, vira lenha pra torrar farinha.

Quando começa a cercar roça com arame, a pessoa não tira o arame no final do ano. Ele privatiza aquele espaço. O arame é uma violência tão grande que aqui no Maranhão, não sei se em outros lugares do Brasil se fala nisso, arame é federal. Nunca entendi porque tem essa conversa de “arames é federal”, como se a gente não pudesse fazer nada, porque o federal é algo tão distante da gente, que a gente não pode chegar até ele pra dizer: tira o arame.

A retirada do arame tem sido compreendida como um ato de libertação da terra. Mas não é a libertação só da terra, é a libertação da gente. Essa coisa de passar pra juntar coco, juntar bacuri, ou pescar. Tem que passar por baixo de arame, de forma escondida, debaixo de arame. Retirar o arame é algo fundamental pra libertar a terra e pra gente se sentir livre. É um ato necessário, a gente tirar cerca. Cerca é uma violência que destrói as relações não só entre as pessoas e a floresta, o mato, a água, mas ela destrói as relações entre as pessoas, porque ela vai separando: “esse aqui é o teu pedaço, aquele ali é o meu, então eu não posso passar pra cá, eu não posso passar pra lá, eu não posso buscar juçara, porque é o teu arame... Mesmo que eu esteja com fome, eu não posso entrar porque é o teu arame.

Se eu entrar, eu estarei roubando. A luta contra o arame é necessária pra gente continuar sendo gente mesmo. O arame diminui a gente, faz da gente um bicho que tem que se arrastar pra pegar algo que é necessário pra reprodução da vida. ♦

“ Retirar o arame é algo fundamental pra libertar a terra e pra gente se sentir livre. A luta contra o arame é necessária pra gente continuar sendo gente mesmo”



Novo massacre indígena no Maranhão

Deputado federal Aluísio Mendes (PTN/Podemos) participa de ato que incitou população de Viana (MA) a atacar indígenas que, horas antes, haviam ocupado sítio na região. O saldo é de 22 Gamela feridos, dos quais cinco a bala e dois com a mão amputada

Renato Santana, da Assessoria de Comunicação

Os buracos de bala são as testemunhas na silenciosa e bucólica paisagem de um sítio na Baixada do Maranhão. Estão em troncos de árvores, nas paredes externas da casa. Traçam o caminho realizado por cerca de trinta indígenas do povo Gamela, que haviam ocupado o local horas antes, recuando diante do avanço de 250 indivíduos, muitos deles armados. Chegam até uma cerca de arame farpado, enroscado em urucum, entre o quintal arborizado e o pasto. Dali por diante os tracejados das balas se perderam entre o capim e um horizonte de homens, mulheres e crianças correndo em desespero – os buracos de bala iriam testemunhar depois já na carne dos índios. Houve os que não conseguiram correr. Levados ao, caíram no lugar onde uma pequena criação de gado costuma engordar; logo foram engolidos pelas lâminas de facões da turba: dois tiveram as mãos amputadas, depois de baleados e espancados. No total, dos trinta Gamela atacados, 22 ficaram feridos, cinco a bala, dois mutilados. Os indígenas acabam expulsos com uma violência que ganhou repercussão internacional.

Há alguns anos uma reação bárbara vinha sendo cultivada entre uma população tão pobre e vulnerável quanto os Gamela. Estes não foram atacados por pistoleiros ou capangas, mas por quem não acordou pela manhã achando que fosse terminar o dia envolvido num ato bárbaro. Na região não tem quem afirme ter participado da brutalidade, mas também não tem quem não a justifique. Toda Viana, Matinha e Penalva, municípios em que se encontram porções de território tradicional Gamela, foi convocada e sabia que no domingo, dia 30 de abril de 2017, a partir das 14 horas, a “Manifestação pela Paz” seria o evento para a “gente ordeira (...) e que nunca tinha visto um índio ali”, conforme o discurso do deputado federal maranhense Aluísio Mendes (PTN, atual Podemos). O parlamentar ressaltou, em frente da entrada da aldeia Centro do Antero, um movimentado entroncamento com comércio e escola chamado Santero, no Povoado Baías, em Viana, que “ninguém tem sangue de barata, ninguém vai aceitar mais essa provocação”.

Raimundo da Conceição Gamela presenciou a “Manifestação pela Paz”. “Fazendeiros e pequenos proprietários estavam na reunião aberta, na beira da estrada (MA-014). Ex-vereadores, o deputado, um advogado e representantes, né?, lideranças do movimento”. Uma dessas lideranças é conhecida na região como Juca, pastor e morador de uma pequena comunidade chamada São Miguel. Ele aparece no vídeo que circula na internet ao lado do deputado, durante o evento. “Era mais um comício, um carro com palanque. Chamaram os Gamela de malfeitores e ladrões. Não era para apaziguar a situação, respeitar o movimento indígena. Muitos são até vizinhos, sabem que os Gamela não são bandidos”. Durante o “comício”, chegou a notícia da retomada Gamela do sítio, a 5 quilômetros de distância do Santero, encravado numa comunidade chamada Povoado do Acampamento. O ódio correu feito descarga elétrica.



Aldenir de Jesus Robeiro foi baleado, recebeu cortes de facão na cabeça e nas pernas e teve as duas mãos cortadas. No hospital, foram colocados fixadores em ambas as mãos e na perna

“As pessoas que estavam no palco começaram a dizer para o povo ir até o encontro dos indígenas. Disseram que ali não tinha covarde. O advogado presente disse que a Constituição dizia que eles tinham o direito de revidar. Todo mundo começou a gritar: ‘Vamos lá! Vamos lá!’”. Raimundo Gamela conta que tentou conversar com Juca, o articulador do movimento. “Eu disse que ia acontecer uma tragédia e ele me respondeu: ‘não tô nem aí’”. O Gamela conta que populares o identificaram como indígena. Ele passou então a ser agredido e apanhou com golpes de faca embainhada. “Outros viram que eu ia ser linchado e não deixaram; me tiraram do lugar numa moto.” A reunião não levou muito mais do que meia hora. A horda enfurecida, cerca de 250 pessoas conforme o major Nilson Silva Fonseca, da Polícia Militar, partiu para massacrar os indígenas.

O major afirma que nada pôde ser feito porque todo o efetivo policial – uma viatura – acompanhava evento que estava sendo realizado na cidade: justamente a “Manifestação pela Paz”. De todo modo, a viatura se dirigiu ao sítio retomado pelos Gamela. “A polícia foi lá sim, uns quatro policiais. Mas não para falar com nós. Entraram, foram falar com o caseiro, cochicharam”, diz Maria das Dores Gabão Gamela. Os indígenas contam que logo após a saída da polícia, que ficou na porta do sítio, os agressores se aglomeraram. “Ao chegar, começaram a nos esculhambar. E aí foi chegando aquele bolo de gente. Os primeiros eram mais jovens. Esses não disseram nada. Quando começaram a chegar os homens que estavam armados, começou a agressão”.

Os Gamela tentavam acalmar a multidão que estava do outro lado da porteira do sítio. Comunicaram que tinham decidido sair da retomada, sabiam que a situação passou a envolver uma gente que nada tinha a ver com a área e que estavam ali motivados por discursos de ódio. Em vão. Os indígenas então decidiram recuar na direção da moradia do caseiro e sair da área pelos fundos. A turba destruiu a porteira de madeira e partiu como uma horda ao ataque impiedoso. “Eles partiam para cima de um parente, faziam o que queriam. Depois que viam que não se mexia mais, partiam para cima de outro, como fizeram com Inaldo”.

“Eles partiam para cima de um parente, faziam o que queriam. Depois que viam que não se mexia mais, partiam para cima de outro”



A Polícia Militar esteve no local do ataque pouco antes dele acontecer,

O nome de Inaldo Gamela liderou uma lista lida ao público por um homem chamado de Zeca durante a “Manifestação pela Paz”. Raimundo Gamela diz que ao menos oito nomes foram falados como “os principais bandidos e ladrões de terra”. Não é mera coincidência que conforme os relatos dos Gamela esses oito foram caçados durante o ataque. Inaldo levou um tiro de raspão na cabeça, pauladas e teve de desviar inúmeras vezes de golpes de facão. A indígena Gabão o socorreu, quando sem força Inaldo desfalecia no chão. “Eu vi a hora que o cara derrubou Inaldo. Ele caiu de bruços e foram para cima. Fui acudir. Era bala, chuva de bala em cima de mim”. Gabão levou uma paulada nas costas enquanto ajudava Inaldo.

Nem as crianças foram poupadas. I. D., de 10 anos, teve uma arma apontada contra a cabeça. “Ficou paralisada de medo. Não se mexia, aí um menino a puxou e levou arrastando. Jogava ela para frente e corria para buscar e tornar a jogar”. Gabão lembra ainda de ver os indígenas que foram levados à capital São Luís para atendimento médico caídos no capim do pasto – Aldenir de Jesus Ribeiro teve as duas mãos amputadas a golpes de facão; José Ribamar Mendes, a mão direita; José André Ribeiro, baleado. Diassis Gamela, 24 horas depois do ataque, ainda tinha em seu corpo – face e dedo indicador – projéteis alojados; um outro disparo o atingiu no tórax, mas o tiro trespassou a carne.

No início da noite do dia 30, um integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligou para o major Fonseca solicitando reforço no policiamento e proteção aos indígenas. O policial afirmou que nada podia fazer porque se tratava de uma revolta da população contra os “supostos” índios. Uma nota do governo do Maranhão, publicada no dia seguinte ao ataque, no feriado do Dia dos Trabalhadores, afirmava que a PM “atuou imediatamente após ter conhecimento do conflito [...], evitando assim uma tragédia maior. A PM permanece com local com reforço do efetivo”. Já o governador Flávio Dino escreveu em sua conta pessoal no Twitter: “Até agora, não foi localizada nenhuma pessoa com mãos decepadas. Continuamos procurando”.

Bojaco, caseiro da área retomada pelos Gamela, funcionário do proprietário, o empresário Jamilo Aires Pinto, seu primo, não estava mais no local durante o desfecho. A investigação do massacre foi federalizada, ou seja, está



mas não o impediu. Na foto, policiais civis ouvem indígenas



Violência contra os Gamela também passa pela negação de sua identidade indígena. Massacre é mais um em uma longa história de resistência

“Temos uma farta documentação demonstrando que se trata de uma tragédia anunciada. As denúncias são feitas, os relatórios produzidos, mas nada acontece. Poderíamos ter tido uma chacina de indígenas. Parece que estamos no século XVIII”

Rosimeire Diniz, do Cimi Regional Maranhão

PMDB, sem conseguir se eleger. É irmão de Laércio Costa, presidente estadual do PTN (ou Podemos), partido do deputado federal Aluisio Mendes presente na “Manifestação pela Paz”. Evilásio é proprietário de uma das maiores fazendas que incidem sobre o território reivindicado pelos Gamela, uma área com 1,1 mil hectares, alvo, desde 2004, de uma ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Em 2006, o Incra estabeleceu o valor de R\$ 241 mil para a indenização de Evilásio, que, contrariado com o valor que considerou baixo, conseguiu uma decisão da Vara Agrária da Justiça Federal definindo o preço em R\$ 1,4 milhão. O Incra apelou no Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), em Brasília, e o processo permanece aberto. “Ele evidentemente se preocupa com isso, porque a área está dentro da terra indígena”, comenta o advogado Rafael Silva, da OAB/MA.

“Se a área for demarcada, ele não terá direito à indenização, porque os títulos de propriedade serão considerados nulos”.

Conforme levantamento da Repórter Brasil, “Aluisio Mendes foi o deputado federal mais votado de Viana. Ex-agente da Polícia Federal, o deputado foi acusado pela PF (que entrou com pedido de prisão contra Mendes, rejeitado pela Justiça) de aproveitar seus contatos na corporação para vazar informações sigilosas à família Sarney, para quem trabalhou por décadas: foi guarda-costas de José Sarney, Chefe de Gabinete da Presidência do

Conselho Nacional de Justiça, subsecretário de Inteligência do Maranhão e secretário de Segurança Pública do estado durante a gestão de Roseane Sarney”.

Os Gamela, cerca de 1.500 indígenas segundo a Funai, ocupam 552 hectares de uma parte do território tradicional chamado de Taquaritwa. A Funai já realizou a chamada qualificação de demanda, etapa preliminar à criação do grupo de trabalho (GT) para a construção do relatório de identificação e delimitação. Os Gamela aguardam há um ano e meio a publicação desse GT. Conforme os técnicos do órgão indigenista presentes em uma das retomadas, existem 442 terras na frente dos Gamela na fila da Funai. “Mas a vulnerabilidade é um dos critérios estabelecidos pela qualificação de demanda, então esperamos que os Gamela possam ser atendidos com brevidade”, explica o servidor da Funai, Bruno de Lima e Silva.

Entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2015, os Gamela realizaram suas primeiras retomadas. No dia 28 de abril, dois dias antes do ataque, retomaram uma porção do território totalizando oito retomadas. O local do massacre seria a nona. A primeira e a última área ocupada pelos indígenas têm como proprietário José Manoel Penha, conhecido como “Castelo”, que entrou com pedido

de reintegração de posse contra os indígenas na Justiça estadual – além desta, outras três retomadas sofreram pedidos de reintegração de posse e outras quatro áreas não retomadas estão com interditos proibitórios contra os Gamela temendo retomadas por parte dos indígenas.

“Sofremos investidas em todas as retomadas. Em uma delas três policiais sem a farda tentaram nos expulsar. Entraram armados, mas conseguimos retirá-los”, explica Inaldo Gamela. Uma das áreas retomadas, esta em agosto de 2016, é explorada por Benito Coelho, ex-prefeito de Viana e arrendatário da Rádio Maracu AM, emissora responsável pela convocação do encontro de onde saíram os agressores dos Gamela, no dia 30. Conforme os Gamela, o terreno está registrado no nome do irmão de Coelho, Aristóteles Costa Coelho, que também entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça Federal. Os indígenas aparecem na ação como “um grupo de pessoas que se dizem de descendência indígena”.

Em relatório produzido pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Maranhão em dezembro de 2015, a estada de uma equipe enviada pelo estado chegou a ser perturbada com ameaças por um destes proprietários, no caso o Castelo, e um outro fazendeiro conhecido como Manoca chegou a ser gravado anunciando a indígenas que um pistoleiro de Nova Olinda teria recebido R\$ 28 mil para matar duas lideranças Gamela da aldeia Centro do Antero. “Temos uma farta documentação demonstrando que se trata de uma tragédia anunciada. As denúncias são feitas, os relatórios produzidos, mas nada acontece. Poderíamos ter tido uma chacina de indígenas. Parece que estamos no século XVIII”, diz Rosimeire Diniz, do Cimi Regional Maranhão, que acompanha os Gamela desde 2010.

A existência

O menino Francisco Dias Gamela vivia na barra da saia da avó, dona Alexandrina Mônica Dias. Tentava entender aquela língua estranha que a anciã falava consigo mesma, ou num esbravejo qualquer. “Vó, o que você é? Eu sempre perguntava para ela. Queria saber se ela era gagá”, diz. A bisavó de Bojinho, como é mais conhecido, também falava essa mesma língua estranha. Dona Tertuliana Dias, mãe de Alexandrina, ensinou o idioma para a filha, que não a transmitiu aos netos: “Essa é a nossa língua. Não posso ensinar a ninguém. Corremos o risco de ser atacados. Era o que minha avó dizia”, explica Francisco Gamela, hoje com 60 anos.

A memória de Francisco demonstra que o recente massacre é apenas mais um em uma longa história açodada na bravura do ato de resistências desse índios. E é o que são, índios Gamela. Conforme o entendimento jurídico e legislativo moderno, além do antropológico, que é anterior às leis atuais, quando o povo Gamela insurge no cenário regional como povo indígena reivindicando seu direito territorial, passa a ser reproduzido e difundido um discurso anti-indígena aparentemente muito preocupado com a questão das classificações identitárias.

Todavia, o contexto de produção desse discurso é essencialmente político, assentado em interesses hegemônicos de proteção dos latifúndios da baixada maranhense. Sendo assim, arbitrar sobre a identidade de um povo passa necessariamente pelos interesses do(s) árbitro(s), como disse em outro contexto a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que a ideia da legitimação numa sociedade de classes supõe que as ideias legitimadoras beneficiam os interesses de classes. O fato é que a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, assegura aos povos indígenas o direito à autodeclaração. É indígena quem se identifica como tal e é reconhecido pelo povo que diz pertencer”, explica a antropóloga Caroline Leal, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). ♦

Maranhão 66

Três após tomar posse como governador do Maranhão, em 1969, José Sarney decretou a Lei de Terras que escancarou terras tradicionais e camponesas do estado à grilagem e ao esbulho. Por trás do ataque contra o povo Gamela estão as crias da oligarquia, que se relacionam com o atual governo conforme a conveniência e com os correlatos interesses dos Sarney.

A história é curta e nada peculiar para os padrões de como a divisão de terras acontece no Brasil. O fazendeiro Evilásio Costa é apontado pelos Gamela como um dos líderes da articulação contra a posse dos indígenas pela terra tradicional. Candidatou-se à vereador em Viana, pelo

“A gente conhece essas palmeiras pelo nome”

A história da luta dos Gamela pela sua terra, no Maranhão, se entrelaça com a duradoura resistência das quebradeiras de coco babaçu. Identidades convergem e se tramam na defesa do território contra o arame e a devastação

Renato Santana, de Viana (MA)

A situação pouco mudou na sequência do massacre contra os Gamela. Os dias tensos deram lugar a uma calma nervosa, como uma tormenta que se dissipa apenas para tomar fôlego. Num território indígena, o raio cai mais de uma vez no mesmo lugar. Os Gamela, por convivência forçada, aprenderam a lidar com a narrativa da violência e alguns ainda não puderam retornar ao território – tampouco sabem quando será possível. Uma lista com nomes de lideranças circula entre assassinos de aluguel na região, ao menos é o que informantes fazem questão de espalhar.

Na frente das áreas retomadas, caminhonetes passam e buzina. Ocupantes vomitam ameaças, ataques racistas e partem como se estivessem apenas dando um oi pros amigos que bebem nos postos de gasolina de Viana. “Todo dia, várias vezes. Já nos acostumamos. O que nos preocupa mais são os jovens que precisam ir pra escola na cidade. Geralmente vão de transporte coletivo, mas voltam caminhando pela estrada. São estes jovens que sofrem mais na beira da pista. Tememos alguma maldade”, diz Cruupyhre Gamela.

Para Kaw Gamela, há ausência quase absoluta do Estado no cuidado à aplicação das políticas públicas, já considerando o problema maior: a demarcação da terra indígena paralisada na qualificação da demanda, torna o povo mais vulnerável. O indígena explica: “Se não tem escola na aldeia, precisa ir pra cidade. Se a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) não nos acompanha, precisa do hospital da cidade. Tudo isso num contexto de reivindicação da terra, onde somos atacados, deixa a comunidade exposta”.

O único encaminhamento por parte do Estado veio do Governo do Maranhão, que sob críticas diante da incredulidade dos fatos teve o governador Flávio Dino garantindo que custearia o relatório de identificação e delimitação. “Em julho deve ser concluído o Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Maranhão e a Funai (Fundação Nacional do Índio). Um cronograma de atividades está previsto. É o que temos de mais concreto por enquanto”, informa Kum’Tum Gamela depois de uma peregrinação em Brasília.

Mesmo com a investigação do crime federalizada, muitas incertezas ainda permanecem aos Gamela. A principal delas é se as cirurgias de recomposição das mãos dos indígenas que as tiveram amputadas, a golpes de facão, obterão sucesso. Depois da alta hospitalar, estes Gamela, entre outros feridos com uma intensidade menor, são assistidos na Casa de Saúde Indígena. Algumas vezes, relatam familiares dos feridos, faltam os remédios necessários.

O fato é que não há um abatimento no povo. “A luta não começou hoje, ou em 2012. Vivenciamos uma etapa nova,

desafios novos, mas os Gamela lutam por este território há muitas décadas e sofrem consequências duras. Nos anos de 1980, temos toda a memória da nossa presença aqui”, diz Kum’Tum. Antes dessa onda de violência contra os Gamela, algo semelhante ocorreu antes e durante a Constituinte de 1988, que trouxe uma porção de garantias territoriais aos povos indígenas.

Quebradeiras de coco: outra parte da história

“Essa retomada em que estamos tem uma história de antes, tem uma história bem longa esse território. A convivência com o movimento das quebradeiras me permite falar sobre isso, uma relação construída a partir dos anos 80. As indígenas de Taquiritwa eram as mulheres com quem trabalhávamos”, lembra Rosenilde Gregório dos Santos Costa, uma quebradeira de coco. Rosa, como é mais conhecida, integra o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Na década de 1980, chegou a atuar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A retomada Gamela da Fazenda Tarumã, área com centenas de palmeiras babaçu, é o palco da história que Rosa conta. “Eu era diretora do sindicato quando as mulheres indígenas quebradeiras de coco começaram a denunciar o desmatamento na Tarumã. Fazíamos movimentos, denunciávamos, mas ninguém nos ouvia. Então essa retomada aqui foi feita pelas mulheres Gamela quebradeiras de coco. Nos cercaram, botaram arma contra a gente, tentaram assassinar. Não é possível entender este contexto sem olhar pra este movimento das quebradeiras”, destaca Rosa.



Resistência das mulheres Gamela, especialmente das quebradeiras de coco,

“A questão Gamela está associada ao movimento de quebradeiras de coco, porque essas mulheres são indígenas, sempre foram. Toda vez que defendíamos e defendemos uma palmeira, defendíamos e defendemos um território”

Rosa dos Santos Costa, quebradeira de coco Gamela



Os Gamela entendem que o futuro de suas crianças depende da garantia do território livre e autônomo



remonta à década de 1970 e é parte importante da história de luta do povo



Ruy Spasari

Após o massacre, os dias tensos deram lugar a uma calma nervosa. Os Gamela, por convivência forçada, aprenderam a lidar com a narrativa da violência

O que a quebradeira de coco procura demonstrar é que a luta dos Gamela sempre – desde os anos 70 – esteve atrelada ao território, ao que compõe os laços intrínsecos entre os povos indígenas e suas terras. “Desde sempre esse povo aí todo mundo via como índio. E esses índios tiveram sempre na terra lutando, cortando arame, as mulheres indo atrás de quebrar coco. A gente conhece essas palmeiras pelo nome. Tratavam como índio mesmo. Agora questionam se é índio, que nunca teve índio aqui. Depois da gente ficar forte, né”, diz.

Rosa vive entre os Gamela há duas décadas, depois de mais duas envolvida com toda a resistência que garantiu a permanência do povo na região. Casou-se com um indígena, viveu um tempo em que o povo buscava saber mais sobre si mesmo. O povo a reconhece como Gamela, ela entende que hoje está mais fácil de entender: “A questão Gamela está associada ao movimento de quebradeiras de coco, porque essas mulheres são indígenas, sempre foram. Toda vez que defendíamos e defendemos uma palmeira, defendíamos e defendemos um território”.

Empoderamento e corte do arame

“Claro que na retomada estávamos juntas. Teve uma outra ação que começaram a devastar os babaçus, botaram trator... só escutando a derrubada das palmeiras. Começamos a denunciar e procurar os órgãos públicos... nada aconteceu. Com essa ausência do Estado, que só aparece pra oprimir, no sentido de que proteja os indígenas, as mulheres colocam o próprio corpo pra defender nosso meio de vida. Temos hoje uma unidade de produção de azeite. Ocupamos, resistimos e produzimos nossa subsistência”, pontua Rosa.

Para a quebradeira de coco Gamela, o chamado corte do arame é um “processo de libertar a terra, os babaçus”. A partir das retomadas, “podemos trabalhar”. Infelizmente, conta Rosa, “perdemos muitos babaçuais. Nos resta uma parte pra libertar, não é causa perdida.

Vamos juntar coco naquela terra, recuperar a floresta. Tudo é uma questão de organização e necessidade. Esses arames se partem pela força da natureza, eles pertencem aos donos deles, a gente só vai chegando perto e eles vão saindo. Estamos atrás do território. A gente não quer arame”.

O que o povo Gamela pretende hoje é ter esperança no futuro, sobre a terra que sempre lhes pertenceu. “Pelo futuro dessas crianças é a luta... morávamos onde nem dava pra fazer a horta, precisamos de floresta. Somos do mato. A gente não quebra coco só pra ter essa relação econômica. Quebramos coco como uma relação com as palmeiras. Dando nome às palmeiras, fazer a cantiga de roda da quebra de coco... ganhamos pouco, não nos importamos, na verdade. Somos felizes fazendo isso e é por isso que temos a necessidade das retomadas”, conclui Rosa.

Não é possível quantificar quantos babaçus foram libertados pelo corte do arame, mas todas as áreas retomadas contam com as palmeiras. “A mais devastada é essa que estamos (Fazenda tarumã). Viemos pra dentro pra recuperar nossas áreas. Estamos reflorestando, plantando... todas as retomadas libertam babaçus. Servem ainda para outras mulheres que não estão nas retomadas, que é uma coisa daqui. Não deixamos ninguém passar fome ou necessidade. Uma hora todos e todas vão entender o que estamos fazendo e nos apoiar. Tem muita gente com medo”.

O livre acesso das mulheres aos babaçus já teve campanhas. “Nós sempre lutamos por terra, era de uma outra forma. Tinha uma campanha, e ainda temos, que garantia livre acesso aos babaçus. Pra manter esse modo sustentável e tradicional de vida precisamos dos territórios livres. Muitas mulheres foram pras periferias. A luta é pelo processo do território. Nos anos 80 falávamos muito da regularização fundiária, da possibilidade

de assentamento. Não resolve nossa vida, a solução é a demarcação. Os Gamela reivindicam uma área que é indígena”, destaca Rosa.

A Gamela lembra dos nomes: Palmeira da Janalbeira, a Palmeira do Coco Redondo. Todo o processo de retirada envolve uma sofisticada cadeia de práticas culturais tradicionais. “Vamos botando os nomes, o coco tem diferentes formatos, ajuda a dar um nome pra ele. Mesocarpo, que tem a amêndoa maior... temos um modelo de coletar o coco, que na verdade é juntar o coco... Palmeira do Igarapé, quando o coco cai verde tiramos ele com todo o cuidado pra tirar o fubá do coco, depois junta o outro coco que são melhores de amêndoa pra ir juntando, quando vamos acabando tudo vamos juntar aqueles que chamamos de ruim”.

Quando o território não está na posse dos Gamela, a prática não é aplicada “porque quando eles deixam a gente entrar a gente é obrigado a fazer tudo. A gente não pode tirar o fubá do coco como a gente tira, a gente não pode tirar o fubá que eles botam veneno nas palmeiras: como vamos tirar fubá de coco que o coco levou veneno? Não tem jeito de garantir as nossas práticas senão no território livre”. Rosa explica que “as ventanias vão derrubando os arames, que deixam nossos territórios livres pra fazer a nossa vida”.

A quebradeira de coco Gamela resume a luta como um direito de viver fora de um sistema que produz miseráveis em grande escala: “Quando tem coco, tem juçara, a gente tem tudo. Não somos miseráveis assim. Temos o que comer sem precisar ir na cidade, no supermercado comprar comida ruim. Tem roça, cria galinha, tem fruta... estamos consumindo porcaria da cidade porque não temos nosso espaço. Isso está mudando e parece que incomoda muita gente. Temos horta aqui mesmo tomando correria de pistoleiro”, encerra.

“As ventanias vão derrubando os arames, que deixam nossos territórios livres pra fazer a nossa vida”

Rosa dos Santos Costa,
quebradeira de coco Gamela

Créditos de poluição e colonialismo climático

Em encontro em Xapuri, no Acre, povos da floresta criticam políticas de economia verde. Em declaração conjunta, exigem demarcação de suas terras e reconhecimento de seus direitos

Daniel Santini, de Xapuri (AC)/Fundação Rosa Luxemburgo

Praticamente ao mesmo tempo em que, em Rio Branco, capital do Acre, empresários e representantes do governo estadual realizaram um encontro para discutir novas fórmulas para compensação do aumento da emissão de poluentes, em Xapuri, cidade de Chico Mendes, representantes de cinco povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta, apresentaram denúncias de impactos de projetos de economia verde. O Acre é considerado um laboratório para implementação de políticas baseadas na ideia de que é possível compensar poluição gerada em determinadas regiões com a manutenção de florestas em outras regiões.

Em Rio Branco, o encontro foi realizado dias 25 e 26 de maio no Auditório da Procuradoria Geral do Estado, e teve como principal tema a possibilidade de implementação do esquema “Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional”, conhecido como Corsia. Apesar de o nome mencionar redução, o mecanismo em discussão não prevê uma diminuição das emissões dos aviões. Pelo contrário, trata-se de uma alternativa defendida pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci) para justificar aumento da poluição em troca do não-desmatamento de florestas. Tais mecanismos preveem restrições às comunidades tradicionais, como limitações para práticas de agricultura, pesca, caça e uso de bens florestais. O encontro foi realizado pelo grupo de trabalho Offsets de Carbono Florestal do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e contou com a participação do senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional.

Em Xapuri, o evento ocorreu de 26 a 28 de maio, com boa parte das discussões realizadas embaixo de árvores do quintal de uma pousada local. Intitulado “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, o encontro reuniu indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri e Shawadawa, e representantes de comunidades tradicionais do

“Chico Mendes vive, não nas ações de marketing governamental, mas sim na luta dos povos da floresta”



Participantes do encontro em Xapuri, no Acre



interior do Acre, além de seringueiros e seringueiras de Xapuri. Frente aos projetos governamentais, marcados pela pouca participação social e transparência, os participantes denunciaram o que chamam de colonialismo climático. Foram criticadas as limitações dos modelos que tentam mensurar impactos ambientais a partir de estimativas de concentração de carbono e de previsões sobre desmatamento, e questionado o real impacto ambiental das atividades e modos de vida dos diferentes povos da floresta.

Os presentes também defenderam o uso “créditos de poluição” em vez de “créditos de carbono”, termo utilizado nos mercados de compra e venda de poluen-

“Não aceitamos os mecanismos baseados em restrições aos nossos modos de vida, e manifestamos solidariedade em relação às populações que vivem nas áreas contaminadas pelas empresas que buscam compensação. Ninguém deve viver em áreas envenenadas, é hora de pôr fim a todo tipo de racismo, incluindo o ambiental”

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

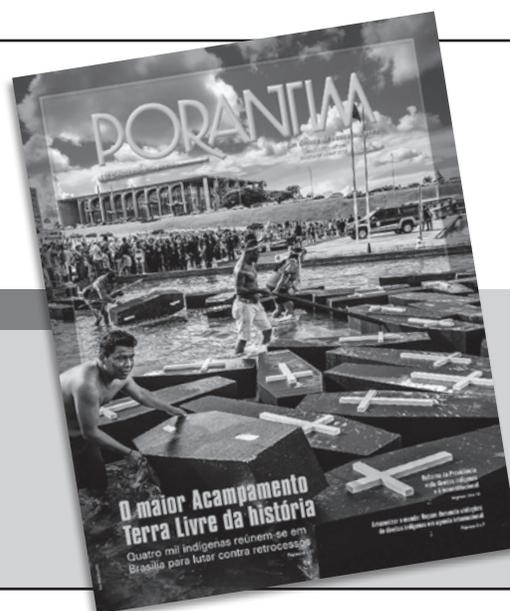
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60
Ass. dois anos: R\$ 100
Ass. de apoio*: R\$ 80
América Latina: US\$ 50
Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Encontro reuniu representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais de diferentes regiões

tes estabelecidos com base em projetos de tipo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Evitados). Em vez de políticas fundamentadas em restrições ao modo de vida dos povos tradicionais, os participantes defenderam que seja alterado o modelo político-econômico de ocupação da região, com suspensão dos generosos financiamentos públicos para expansão da agropecuária, e projetos de manejo industrial de florestas e monocultivo de árvores.

Neoaviamento

Em meio à discussões sobre as propostas de novas políticas para o Acre, estado considerado chave para a expansão de políticas de economia verde, houve espaço para denúncias sobre invasões de terras indígenas, agravadas por políticas públicas desastrosas, muitas das quais com apoio internacional, e relatos de violações de direitos e territórios. As denúncias, que indicam a necessidade de maior presença e atenção do poder público em áreas de difícil acesso, foram apresentados em rodas de conversa, com momentos para danças e cantos dos diferentes povos da região.

Os debates resultaram em um documento conjunto, intitulado Declaração de Xapuri. O encontro foi uma continuidade do trabalho de observação e denúncia de impactos da economia verde no Acre. Em 2013, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma de Direitos Humanos-Dhesca Brasil, publicou o relatório Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no Estado do Acre, que denunciou, entre outros, sobre três projetos de REDD no estado. Em 2016, novas inspeções resultaram em outras denúncias envolvendo agências de cooperação internacional alemã.

O evento em Xapuri foi realizado com apoio das organizações Amigos da Terra Internacional, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Rosa Luxemburgo e Movimento Mundial pelas Florestas Mundiais (WRM, da sigla em inglês).

“ Nos recusamos a usar o termo crédito de carbono, entendendo que são na verdade de créditos de poluição, que agravam em vez de solucionar o problema. Rejeitamos toda e qualquer forma de colonialismo climático”

Declaração de Xapuri

Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri, Shawadawa, integrantes de organizações solidárias e Equipe Itinerante, professores e professoras de diferentes universidades, reunidos em Xapuri, no período de 26 a 28 de maio de 2017, no encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, declaramos:

- Que, neste momento de retomada, estamos unindo as lutas dos povos indígenas e seringueiros em uma mesma causa. Nossa união é nossa principal arma de ação contra o capital.

- Que, cientes da história de resistência dos povos da floresta e do legado de Chico Mendes, nos manteremos firmes na defesa de nossos territórios. Assim como os que nos antecederam, seguiremos nos opondo às tentativas de expropriação de nossos modos de vida. Exigimos a demarcação e reconhecimento de nossos direitos a terra e território.

- Rejeição às iniciativas em curso materializadas em políticas que têm como objetivo entregar nossos territórios a grupos de capital privado, entre os quais fazendeiros e madeireiros. Manifestamos preocupação com a falta de transparência e maneira como diferentes mecanismos têm sido apresentados, incluindo pagamentos por serviços ambientais como REDD e suas variáveis, planos de manejo florestal insustentáveis, e mecanismos previstos no novo Código Florestal, muitos dos quais impostos por meio de intimidação, chantagem, negociações marcadas por estelionatos e má fé.

- Nossa indignação com as falsas soluções, que legitimam a continuidade e expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo. Rejeitamos as iniciativas voltadas para compensar a poluição. Não aceitamos os mecanismos baseados em restrições aos nossos modos de vida, e manifestamos solidariedade em relação às populações que vivem nas áreas contaminadas pelas empresas que buscam compensação. Somos solidários e estamos juntos das pessoas de outros países que vivem nas áreas impactadas pela poluição gerada por empresas destrutivas. Ninguém deve viver em áreas envenenadas, é hora de pôr fim a todo tipo de racismo, incluindo o ambiental.

- Que estamos sendo lesados pelos acordos pactuados e negociados feitas entre o governo do Acre e outros

estados e países em benefício de corporações ávidas por créditos de poluição, entre as quais petroleiras, mineradoras, madeireiras e empresas do agronegócio. Manifestamos preocupação com as conversas em curso sobre compensação de emissões da aviação através da Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação de Florestas Tropicais, os chamados mecanismos REDD. Nos recusamos a usar o termo crédito de carbono, entendendo que são na verdade de créditos de poluição, que agravam em vez de solucionar o problema. Rejeitamos toda e qualquer forma de colonialismo climático.

- Solidariedade total com as mulheres e homens que, forçados a cumprir prerrogativas impossíveis, acabam multados, criminalizados, endividados, sem condições de manter seus modos de vida, presos em esquemas que remetem às práticas de avião e barracão, incluindo escravidão por dívida. Manifestamos solidariedade também com os moradores do seringal Valparaíso e Russas, que, coagidos a se submeterem a um projeto de REDD, sofrem ameaças de expropriação das terras que são deles por direito.

- Solidariedade à comunidade nativa Nova Oceania, do Alto Rio Tauhamanu, no município Ibéria, no Peru. Nossos irmãos e irmãs Pyru Yini e outros grupos em isolamento enfrentam o avanço do desmatamento, impulsionado por concessões madeireiras, que contam com participação direta de empresários acreanos e outros. São grupos envolvidos em projetos de REDD, que, ao mesmo tempo que costumam acordos internacionais com apoio das autoridades brasileiras, mantêm práticas predatórias. Compartilhamos a denúncia que uma aldeia foi destruída com 18 casas incendiadas em julho de 2014, sem absolutamente nenhuma providência por parte das autoridades, em um episódio manchado pela impunidade.

- Conclamamos outros povos, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a recusar esse padrão destrutivo, marcado pela desigualdade e pela violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Reiteramos nossa unidade na luta e disposição de resistir até o fim. Chico Mendes vive, não nas ações de marketing governamental, mas sim na luta dos povos da floresta.

Xapuri, 28 de maio de 2017

No Oeste do Paraná, povo Guarani Mbya fecha ponte reivindicando demarcação e melhores condições de vida

Renato Santana, da Assessoria de Comunicação

As consequências da falta de demarcações de terras indígenas no Oeste do Paraná encontram similaridades com o vivido pelos povos do Mato Grosso do Sul. Sem terra, em acampamentos pauperizados, indígenas Guarani Mbya estão expostos não apenas a ataques de pistoleiros, mas a situações de fome, falta de água potável e suicídios.

Mesmo com todas as dificuldades, seguem resistentes e no início de abril trancaram a ponte Ayrton Senna, que liga Guaíra (PR) ao município de Mundo Novo (MS). O protesto teve como principal pauta a demarcação das terras indígenas dos Guarani Mbya no Oeste do Paraná.

“Temos acampamentos com os parentes vivendo num espaço pequeno entre a fazenda e a estrada. Vivendo num lamaçal, passando fome e frio”, explica o cacique Anatalio Guarani Mbya. O indígena revela que os órgãos públicos constantemente afirmam que eles são, na verdade, índios paraguaios.

Cacique Anatalio lembra que os Guarani Mbya sempre ocuparam todo o Sul do país e da América Latina - mesmo com a colonização intermitente. A construção da UHE de Itaipú inundou ao menos uma dezena de aldeias, dispersando ainda mais as famílias. “Então temos parentes, família mesmo, no Paraguai, na Argentina e no Brasil. Não existe Guarani Mbya paraguaio, existe o povo Guarani Mbya”.

O líder indígena ressalta que os Guarani Mbya não possuem acesso a saneamento básico, cestas básicas (uma vez estão sem terras para plantar), água, saúde, a educação é precária e sem investimentos, além de faltar professores e agentes de saúde. “Temos muitas crianças doentes”, diz o cacique.

No trancamento da ponte, ao menos 500 Guarani Mbya estavam presentes. “A gente vê o que tá acontecendo e pensa: governo quer matar todos os povos



indígenas. Acho que eles estão tentando fazer tempo. Destruíram nosso mundo já, mas seguimos aqui vivos”, diz o cacique Anatalio.

A ponte foi liberada após negociações com a presença dos prefeitos Heraldo Trento (DEM-PR) e Altair de Padua (PSC) de Guaíra e Terra Roxa, respectivamente. Conforme notícia do CTI, “as autoridades assinaram um documento se comprometendo a negociar as reivindicações com as lideranças indígenas”.

Frente anti-indígena

A Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip) e Sindicatos Rurais encabeçam uma forte campanha difamatória com incitação pública, com moradores de Guaíra e Terra Roxa incentivados abertamente a tomar partido na luta contra os povos indígenas.

Faixas foram estendidas pelas praças e principais ruas da cidade com dizeres como “invasão indígena não combina com ordem e progresso” e “o Brasil que produz merece respeito”. Um panfleto de caráter racista intitulado “A Verdade”, financiado a partir de recursos privados dos vereadores da cidade de Guaíra, foi amplamente distribuído.

Pelas cidades do Oeste do Paraná não é difícil encontrar automóveis com adesivos: “Minha Terra, Minha vida: PR e MS contra

a demarcação das terras indígenas”. Em Guaíra, no ano passado, um acampamento Guarani Mbya, nas imediações do centro da cidade, sofreu ataque a tiros.

Políticos até mesmo do PT, partido com correntes de apoio aos povos indígenas, estão envolvidos em ataques aos Guarani Mbya na região, caso da senadora Gleisi Hoffmann, que quando ministra da Casa Civil declarou não existir índios no Paraná, e do ex-prefeito de Guaíra, Fabian Vendrusculo, que certa vez decretou feriado para protestos contra as demarcações.

Em Guaíra, conforme o Setor de Documentação de Terras Indígenas do Cimi, são sete territórios tradicionais a serem identificados pela Funai e um sem quaisquer providências. Já em Terra Roxa, são cinco territórios em processo de identificação. São cerca de 5 mil Guarani Mbya em busca das terras que sempre lhes pertenceu. ♦

Seminário em Bruxelas debate Violação de Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Brasil

O “Seminário da Sociedade Civil União Europeia-Brasil em Direitos Humanos”, que aconteceu na cidade de Bruxelas, Bélgica, no dia 26 de abril, reuniu representantes de organizações brasileiras e europeias para um diálogo sobre a situação vivida pelos povos indígenas, população privada de liberdade, migração, discriminação racial e intolerância religiosa.

O evento antecedeu o Diálogo oficial entre a União Europeia e o Brasil sobre direitos humanos, ocorrido no dia seguinte, também em Bruxelas. Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, que representa a entidade no Seminário, “trata-se de uma importante oportunidade de fortalecer o engajamento e a articulação da sociedade civil brasileira e europeia a fim de que os direitos humanos sejam melhor protegidos e promovidos em ambas realidades geográficas”.

Em sua 6ª. Rodada, pela primeira vez o tema “Povos Indígenas” entrou na pauta do Diálogo Oficial bilateral EU-Brasil sobre direitos humanos. A visibilidade internacional relativa à situação caótica enfrentada pelos povos indígenas no Brasil certamente contribuiu para a inclusão do tema na pauta.



Delegação brasileira com apoiadores internacionais para o Debate Bilateral com a União Europeia

“Os povos indígenas, seus direitos e aliados estão sob violento e sistemático ataque por parte de setores político-econômicos vinculados ao agronegócio no Brasil”, avalia Buzatto. “É importante que a sociedade civil e a Comissão Europeia estejam cientes das violações de direitos humanos dos povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e camponeses decorrentes da produção dessas commodities no Brasil e como sua importação e consumo, pelos

Europeus, pode estar contribuindo nesse processo”.

Do Brasil, além do Cimi, participaram, dentre outros, representantes da Associação Nacional de Organizações Não Governamentais (Abong), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Coordenadoria Eumênica de Serviço (CESE), Movimento Nacional de População de Rua e FASE. Da Europa, dentre outros, participam representantes da Anistia Internacional, FIAN Internacional, AVSI Foundation e Povo Saami. ♦



Contra fechamento de coordenações locais, indígenas ocuparam sedes da Funai do Rio Grande do Norte (esquerda) e do Ceará (direita)

Contra decreto de desmanche da Funai, povos indígenas ocupam sedes do órgão no RN e CE

Renato Santana, da Assessoria de Comunicação

As sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Rio Grande do Norte e Ceará foram ocupadas por mais de uma dezena de povos indígenas. Os protestos, iniciados na primeira semana de abril, são contra o Decreto 9.010/17, publicado em 23 de março, que fechou Coordenações Técnicas Locais (CTL's), exonerou servidores e forçou nomeações políticas, inclusive com ligações ruralistas, às estruturas remanescentes do órgão.

O decreto extinguiu 347 cargos da Funai e 50 CTL's em todo o Brasil, entre elas as coordenações que atendem povos no Piauí e Rio Grande do Norte. Ambas estão ligadas à Coordenação Regional Nordeste II, com sede em Fortaleza (CE), ocupada desde o dia 20 em contrariedade à nomeação política da coordenadora Tanúsia Maria Vieira - depois de pressão política do deputado federal Aníbal Gomes (PMDB/CE).

Conforme lideranças indígenas, Tanúsia é esposa de um conhecido opositor à demarcação da Terra Indígena Tapeba. "Se

trata de um total desrespeito do governo federal ao Artigo 6º da Convenção 169 da OIT, que trata do direito à consulta livre, prévia e informada. O governo não nos ouviu ao tomar medidas que afetam diretamente as nossas vidas", declarou Weibe Tapeba.

Os povos Potiguara, Tapuia e Tapuia Paiaçu ocuparam em Natal (RN) a sede da CTL. Antes de 2011, ano em que a Funai passou atender com um escritório os povos do estado, nenhum procedimento demarcatório estava em curso. Os indígenas não eram atendidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e tampouco tinham Educação Escolar Indígena Diferenciada.

Com a chegada da CTL, um Grupo de Trabalho está em curso para a identificação da Terra Indígena Sagi-Trabanda/Baía Formosa, do povo Potiguara, e outros quatro territórios já estão com relatórios de qualificação de demanda prontos.

"Havia preconceito institucional em todos os lugares contra a gente. Uma consulta no hospital pediam pra gente a comprovação de que somos indígenas. A Funai aqui trabalhou bastante esse aspecto

esclarecendo as instituições da Constituição, Convenção 169", diz Tayse Potiguara. A chegada da Funai ao RN é considerada pelos povos indígenas uma importante conquista.

São pouco mais de 5 mil indígenas no RN, divididos em 1.132 famílias, que agora podem ficar sem o órgão indigenista. "Falamos em cortar recursos, mas aqui só trabalhavam dois servidores. Indigenistas de verdade, que estão com a gente sempre. Muitas vezes tiram do próprio bolso para garantir o que precisamos. E para eles também: até a água da sede são os dois que bancam. Então o governo quer cortar o que já estava precário", revela a Potiguara.

Além da ocupação da CTL, os povos do RN estão realizando outras mobilizações pelo estado incluindo a possibilidade de fechamento de rodovias. "A gente sente que estão usando um momento do país para desmantelar a Funai. É um outro golpe. Mesmo funcionando aos trancos e barrancos, a Funai é importante pra gente. Aqui no RN temos esse exemplo. O que nossos inimigos desejam é o fim da Funai". ♦

Organizações fazem alerta sobre as crescentes ameaças aos direitos indígenas no Brasil

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Um ano após a visita de Victoria Tauli-Corpuz ao Brasil, Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, organizações indígenas, indigenistas, socioambientalistas e defensores dos direitos humanos alertam o Alto Comissariado da ONU sobre as crescentes ameaças aos direitos constitucionais e dos povos indígenas no Brasil.

Em carta assinada pela Apib em conjunto com cerca de 30 organizações, denúncias sobre o não cumprimento por parte do governo brasileiro de compromissos assumidos no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e que ao invés de avanços, os últimos meses foram marcados pela forte escalada de vários retrocessos preocupantes são focos do documento.

Entre eles, ataque aos direitos territoriais, através de medidas legislativas como a PEC 215; o desmantelamento das políticas públicas de Saúde, Educação e outras; o desmonte de instituições governamentais indigenistas, tais como a FUNAI e a SESA; a tentativa de criminalização de lideranças indígenas e organizações que os apoiam; ameaças e até assassinatos de lideranças indígenas, além da ausência de qualquer diálogo, participação e consulta com os representantes indígenas.

"Diante do quadro político e dos casos de corrupção do governo atual, os povos indígenas e seus direitos seguem ainda



Sônia Guajajara e Davi Kopenawa entregam documento à ONU

mais ameaçados, incluindo a sua integridade física", denuncia o documento.

Ao fim do documento, as organizações solicitam que a Relatoria siga com o monitoramento da situação no Brasil e que, se possível, considere a pertinência de alertas urgentes e questione o Estado sobre quais as razões para os fatos apontados. ♦

Pauta Indígena

03/04

- Centro de pesquisa divulga nota em apoio ao povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé
- Governo brasileiro não vê suicídios dos Guarani-Kaiowá como crise, diz jornal canadense

04/04

- MPF realiza ações pelo fortalecimento dos direitos dos índios e para combater retrocessos na política indigenista

05/04

- Nota da Opiroma contra golpes na Funai
- Indígenas e beiradeiros impedem audiência sobre leilão da floresta em Itaituba (PA)

06/04

- Povos indígenas no cinema: lançamento de documentários na Unila

07/04

- Após 28 anos, acusados de matar indígena no Mato Grosso são condenados em júri popular

11/04

- Pataxó denunciam retirada de madeira no Parque Nacional do Descobrimento, incidente sobre terra indígena

17/04

- Indígenas promovem III Encontro de Lideranças em Autazes (AM)
- Violações e conflitos no campo batem triste recorde, segundo relatório da CPT

19/04

- Dia de luta dos Povos Indígenas do Brasil, 19 de abril

24/04

- Mais de 100 povos indígenas participam da Plenária de Abertura do ATL/2017
- Indígenas Kaingang bloqueiam rodovias no RS em protesto ligado às ações do ATL/2017

25/04

- Em Cuiabá, Encontro Pan-Amazônico discute a defesa dos povos indígenas em condição de isolamento
- Relatórios lançados no ATL escancararam violação de direitos indígenas
- Protesto pacífico de indígenas é atacado pela polícia na frente do Congresso Nacional

26/04

- Lideranças Munduruku e Yanomami denunciam violações na ONU e se encontram com indígenas de Standing Rock
- Operação de guerra é mobilizada no MS, destrói acampamento Guarani Kaiowá e apreende duas armas de brinquedo
- Indígenas são barrados pela Polícia Militar no Senado

27/04

- Povo Munduruku bloqueia estrada no Pará por demarcações e contra o desmonte da Funai
- Governo indica envolvida em violação de direitos indígenas para cargo de confiança na Funai

28/04

- Indígenas reforçam posição contra o marco temporal a ministros do STF

Tributo ao Araguaia

Antonio Veríssimo da Conceição - povo Apinajé, Tocantins

Rio Araguaia, nasce no Cerrado e corre como sangue nas veias do meu coração. Suave melodia do vento conta nossa história de amor. Na minha angústia, mergulhei em tuas águas. Senti teu clamor.

Araguaia, o fogo impiedoso queimou tuas águas. Andorinhas martirizadas. O martim pescador aflito, fez um voo rasante. Tuas águas secaram. Tenho sede de Justiça. É meio dia, mas está escuro e o calor é sufocante.

Araguaia, em tuas águas os oprimidos se entrincheiram. A lua está cheia, e as águas se movimentam. Ao amanhecer uma canoa desliza em silêncio. Até que enfim, o sol brilha e ilumina a escuridão. O vento forte do norte agita tuas águas. Vejo um raio. Escuto um trovão.

Araguaia, morada dos peixes aruanãs, tuas águas guardam histórias, mitos, lendas e mistérios. Alicerce da cultura e modos de Vidas dos Javaés, Tapirapés, Karajá, Karajá Xambioá, Kayapó, Aikewar e Apinajé. Povos resistentes de ontem, de hoje e do amanhã; seguiremos resistindo com força, rebeldia e fé!

Araguaia, tu és minha inspiração, tuas corredeiras é uma solene canção. Pássaro veloz que voa. Estrela guia. Cavalo branco a correr sem parar. Tuas águas puras e livres banham e sustentam as aldeias da minha querida nação.

Araguaia, em tuas margens, o colibri beija a flor da ingazeira. A brisa das manhãs é suave, e balança as palhas das palmeiras. Terra de mulher guerreira; menina, morena faceira, quilombola, quebradeira.

Araguaia, aqui as pedras falam, e Pedro anuncia a Romaria das Águas e da Terra prometida. O profeta Josimo denuncia a ditadura, o latifúndio e a tirania. Tuas águas benditas lavam minha alma e aliviam minha agonia.

Araguaia, dádiva de Deus, Em tuas águas quero navegar. Mas meu barco é de papel. Caminhando na areia da praia, escrevo tua história nas nuvens. Ao amanhecer uma estrela brilhante aponta para algum lugar, na imensidão do céu. ♦

